



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DIRETORIA DO GRUPO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA XVI -
BOTUCATU - CCD/GVS BOTUCATU

Relação de Remessa - Externa



Número/Ano: **1566546/2019**

De: **DIRETORIA DO GRUPO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA XVI - BOTUCATU -
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE BOTUCATU**

Para: **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**

1 Protocolo (Nº/Ano): 1673097/2019
Documento: OFÍCIO, CARTA, REQUERIMENTO, MOÇÃO OU VOTO, ABAIXO-ASSINADO
Interessado: GRUPO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BOTUCATU GVSXVI
Assunto: A/C. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU - EDNEI LÁZARO
DA COSTA CARREIRA
Volume (s) 1
Situação Recebido () Devolvido () Recusado ()

Expedido Por: REGINA CÉLIA SOARES SILVA - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 24/6/2019 9:32:23

Recebido em ____ / ____ / ____

Unidade: _____

Nome

Assinatura

Câmara Municipal de Botucatu

Data: 24/06/2019 Hora: 09:54:00

Procedência: VIGILÂNCIA SANITÁRIA XVI

Assunto: Resposta ao
Requerimento nº 432/19

Num. Protocolo
0129/2019

Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc

<http://10.200.10.19/spdoc/Privado/ENVIODOCUMENTO.ASPX> - REGINA CÉLIA SOARES SILVA - AUXILIAR DE
SERVIÇOS GERAIS - DIRETORIA DO GRUPO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA XVI - BOTUCATU - CCD/GVS BOTUCATU -
24/06/2019 09:32

OFÍCIO Nº107/2019/GVS XVI

Assunto: Requerimento 432

Câmara Municipal de Botucatu

Botucatu, 19 de junho de 2019.

Ilustres Vereadores,

Em atenção ao Requerimento nº432/2019 de autoria da Vereadora Rose Ielo encaminhado pelo Ilustre Presidente da Câmara Municipal de Botucatu, vimos por meio deste prestar nossos esclarecimentos.

Preliminarmente pontuamos que recebemos o Requerimento em questão na data de **18/06/2019**, uma vez que, o mesmo fora encaminhado via postal pela Câmara Municipal de Botucatu, para o endereço do Centro de Vigilância Sanitária que se localiza na cidade de São Paulo, e não para a Regional de Botucatu que se encontra sediada neste município a Av. Santana, 353- Centro.

Desta feita, o órgão central recebendo a documentação procedeu ao encaminhamento a Regional de Botucatu para providências desta Diretora.

Tal esclarecimento se faz necessário, pois o requerimento se encontra datado de 13/05/2019 e considerando que recebemos somente em 18/06, dado o prazo decorrido, vimos nesta oportunidade prestar os esclarecimentos necessários, a partir de nossa ciência.

São as considerações iniciais, passo as informações:

1- Do Monitoramento da Qualidade da Água distribuída a população:

O **Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA) do Ministério da Saúde** consiste no conjunto de ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir à população o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão de potabilidade, estabelecido na legislação vigente (Anexo XX da Portaria de Consolidação do MS nº. 005/2017).

As medidas que competem à vigilância sanitária visam atuar como parte integrante das ações de prevenção dos agravos transmitidos pela água e de promoção da saúde, previstas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Coordenadoria de Controle de Doenças/Centro de Vigilância Sanitária/Grupo de Vigilância Sanitária XVI Botucatu

Avenida Santana nº 353- Centro- Botucatu/SP – Cep. 18603-700- e-mail: gvs-botucatu@saude.sp.gov.br-

Telefone:- (014) 3811 4630/3811 4631

9

Como parte deste programa no Estado de São Paulo desenvolvemos o **Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Proágua)**, implantado em 1992, sob coordenação do Centro de Vigilância Sanitária, tendo por objetivo principal garantir a qualidade da água consumida pela população paulista de modo a prevenir doenças de veiculação hídrica.

O Proágua vem ao longo destes mais de 20 anos procurando se aperfeiçoar de modo a adequar e direcionar suas ações à dinâmica e complexidade próprias ao Estado de São Paulo. Isto implica atuar na compreensão dos fatores que interferem na qualidade dos mananciais, na avaliação de riscos dos sistemas produtores de água, no conhecimento da qualidade da água produzida pelos sistemas e na avaliação dos impactos do consumo da água.

Estratégias de Atuação:

Para garantir a potabilidade da água destinada ao consumo humano, o Proágua desenvolve uma série de ações coordenadas e sistematizadas no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA), assim resumidas:

- Colabora na gestão integrada dos recursos hídricos por meio da participação ativa nos Comitês de Bacias Hidrográficas, instituídos no âmbito da Política Estadual de Recursos Hídricos.
- Analisa e interpreta informações de qualidade dos recursos hídricos, associando-as a possíveis impactos na produção da água para consumo humano.
- Cadastra e inspeciona sistemas e soluções alternativas de abastecimento para avaliar riscos inerentes aos processos de captação, tratamento e distribuição da água;
- Avalia relatórios de controle de qualidade da água produzidos pelos sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água;
- Monitora sistematicamente a qualidade da água para consumo humano por meio da coleta de amostras e análises laboratoriais de vigilância, nos parâmetros bacteriológicos e físico-químicos básicos de rotina: coliformes termotolerantes e totais, cloro residual livre, pH, turbidez, cor e fluoreto;
- Analisa o perfil epidemiológico da população, relacionando a ocorrência de agravos com o consumo da água.

Em consonância com os princípios gerais do Sistema Único de Saúde - SUS, o Proágua se constitui num conjunto de ações contínuas, articuladas e descentralizadas, cujas competências dos níveis central, regional e municipal estão devidamente definidas e pactuadas.

Coordenadoria de Controle de Doenças/Centro de Vigilância Sanitária/Grupo de Vigilância Sanitária XVI Botucatu

Avenida Santana nº 353- Centro- Botucatu/SP – Cep. 18603-700- e-mail: gvs-botucatu@saude.sp.gov.br-

Telefone:- (014) 3811 4630/3811 4631



Ao Centro de Vigilância Sanitária, coordenador do Programa Estadual, cabe o permanente diálogo e articulação com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, responsável pelo Programa de Vigilância da Qualidade da Água no nível federal, de forma a garantir o cumprimento das diretrizes e metas pactuadas.

O Instituto Adolfo Lutz - IAL é também referência importante do Programa, pois coordena rede de 19 laboratórios de saúde pública, responsáveis pelas cerca de 390 mil análises bacteriológicas e físico-químicas realizadas anualmente no âmbito do Programa.

Aos 33 Grupos Técnicos de Vigilância Sanitária, do qual essa Regional de Botucatu faz parte, competem promover e acompanhar o Programa nos municípios de sua jurisdição, de modo a garantir a execução das metas pactuadas.

Os 645 municípios do Estado, dentre estes o município de Botucatu, têm por responsabilidade executar as ações previstas no Programa, que envolvem, entre outras, vistorias a campo para avaliar a ocupação da bacia contribuinte ao manancial e de todas as etapas do processo de produção da água, coleta de amostras e avaliação de laudos laboratoriais (análises da vigilância), análise e interpretação sistemática dos dados de controle de qualidade gerados pelos sistemas de abastecimento e adoção de medidas administrativas para evitar ou minimizar riscos associados à produção e consumo da água.

Enfim, o Proágua tem como uma de suas principais linhas de ação capacitar de forma sistemática, os técnicos do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, do qual faz parte os profissionais das equipes municipais de vigilância sanitária, para executar a vigilância da qualidade da água para consumo humano nos níveis regional e municipal, em sintonia com as diretrizes gerais do Programa e de acordo com os deveres e responsabilidades definidas na legislação.

2- Agrotóxicos e Água Potável- considerações a respeito da matéria veiculada: Providências da Coordenação Estadual

As matérias jornalísticas recentemente veiculadas na imprensa suscitaram dúvidas nos consumidores a respeito da qualidade da água ofertada pelos sistemas públicos de abastecimento e possíveis alterações de potabilidade no que se refere à presença de agrotóxicos. Em assim sendo o Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, publicou no Diário Oficial **COMUNICADO CVS- 23, de 15-05-2019, após a reunião técnica realizada em 09 de maio de 2019 com as regionais estaduais e questionamentos ao Ministério da Saúde. (cópia do comunicado em anexo – DOC 1)**

Avaliação dos dados do SISÁGUA:

- O sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano (SISÁGUA) do Ministério da Saúde é o sistema desenvolvido pelo governo federal que armazena dados do monitoramento da qualidade da água,

Coordenadoria de Controle de Doenças/Centro de Vigilância Sanitária/Grupo de Vigilância Sanitária XVI Botucatu

Avenida Santana nº 353- Centro- Botucatu/SP – Cep. 18603-700- e-mail: gvs-botucatu@saude.sp.gov.br-

Telefone:- (014) 3811 4630/3811 4631



sendo a única ferramenta de informação do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA) – Ministério da Saúde;

- Os dados fornecidos pelo Siságua devem ser ponderados à luz do estágio do desenvolvimento do sistema, pois trata-se de uma ferramenta em construção, desprovido dentre outros de recursos para emissão de relatórios de gestão que permitam checagem mais apurada dos milhões de dados nele inseridos. A forma e o formato de apresentação dos dados pelo sistema não são favoráveis a uma compreensão rápida e fácil dos dados armazenados e não oferece gráficos, indicadores e estatísticas que facilitem a análise e interpretação, como destacamos é um sistema em construção;
- No período de 2014-2017, até o 1º semestre de 2018 os dados eram transcritos manualmente pelas equipes municipais de vigilância sanitária, as quais, muito embora capacitadas para tal, estavam sujeitas a erros de digitação, gerando desconformidades na alimentação do sistema e inconsistências na interpretação dos dados;
- Na região de Botucatu, as não conformidades apresentadas na matéria veiculada mostraram-se tratar-se de inconsistência na digitação dos dados por parte das equipes municipais de vigilância sanitária os quais já foram conferidos e corrigidos no período de 2014-2017. Ressaltamos principalmente o questionamento em relação ao município de Botucatu, cuja matéria apontava não conformidade em relação às substâncias **MOLINATO e CLORDANO** como acima do VMP – Valor Máximo Permitido pela legislação brasileira, o que não ocorreu, vez que o resultado para estas duas substâncias encontravam-se abaixo do VMP. (cópia do Ofício 49/2019 – Visa Municipal de Botucatu e Laudo de Análise de Controle - RMOC 22471/16)
- As amostras para serem consideradas fora de padrão, devem estar com valores acima dos limites estabelecidos no padrão de potabilidade existente no Brasil. Verificou-se nas tabelas do período de 2014-2017 que os resultados apresentados encontram-se dentro do VMP estabelecido na legislação brasileira;

Ao final ressaltamos que o uso racional da água disponível nos mananciais é uma prática fundamental para que se garanta o pleno acesso da população à uma água com qualidade. Desta forma, a gestão de recursos hídricos é assunto de interesse do Poder Público demandando políticas que envolvem a participação de vários atores governamentais como a defesa agropecuária, controle ambiental e vigilância em saúde, para prevenção de riscos e promoção da saúde da população.

A preocupação a respeito da contaminação dos mananciais por agrotóxicos é lícita e devemos sim incentivar discussões e debates a respeito dos potenciais riscos à saúde no uso destas substâncias. Entretanto como cita o Comunicado 23, atualmente "não é possível afirmar que tais práticas estejam causando migração generalizada desses tóxicos para a água de consumo humano a ponto de afetar sua

Coordenadoria de Controle de Doenças/Centro de Vigilância Sanitária/Grupo de Vigilância Sanitária XVI Botucatu

Avenida Santana nº 353- Centro- Botucatu/SP – Cep. 18603-700- e-mail: gvs-botucatu@saude.sp.gov.br-

Telefone:- (014) 3811 4630/3811 4631



potabilidade, concentrando nela resíduos de tal ordem que justifiquem o afastamento dos consumidores da rede pública”.

As informações retiradas das análises da água realizadas na região, tanto pelas prestadoras quanto pelas equipes municipais de vigilância sanitária demonstram que a água distribuída se encontra dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação brasileira vigente, não sendo indicado que a população busque fontes alternativas para o consumo da água.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos mui,
Atenciosamente



Lilyan Cristina Rocha Michaloski
Diretora Técnica de Saúde II
Grupo de Vigilância Sanitária XVI
Botucatu

**Ilustríssimo Senhor,
Vereador Ednei Lázaro da Costa Carreira
DD. Presidente da Câmara Municipal de Botucatu/SP .**

Coordenadoria de Controle de Doenças/Centro de Vigilância Sanitária/Grupo de Vigilância Sanitária XVI Botucatu

Avenida Santana nº 353- Centro- Botucatu/SP – Cep. 18603-700- e-mail: gvs-botucatu@saude.sp.gov.br-

Telefone:- (014) 3811 4630/3811 4631

Comunicado CVS - Sama - 23, de 15-5-2019

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária – órgão vinculado à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde – no exercício de sua atribuição de estabelecer referências para prevenir riscos à saúde da população e orientar as instâncias regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa), torna público o seguinte:

ÁGUA POTÁVEL E AGROTÓXICOS EM SÃO PAULO

Considerações gerais

Matérias recentemente veiculadas na imprensa tem suscitado dúvidas nos consumidores a respeito da qualidade da água ofertada pelos sistemas públicos de abastecimento.

É importante que a gestão dos recursos hídricos e a potabilidade da água sejam debatidas de maneira ampla e transparente, afinal todos fazemos uso da água e ela é imprescindível para nossa saúde.

Por isto, os sistemas públicos de abastecimento são essenciais para uma vida saudável e com bem-estar nas cidades. É por conta disto também que a qualidade dos mananciais e a potabilidade da água devem ser controladas e vigiadas pelo Poder Público.

O uso intenso e abusivo de agrotóxicos é também motivo de preocupação em todo o mundo, demandando políticas públicas, dentre outras, de defesa agropecuária, de controle ambiental e de vigilância da saúde, pois são muitos os potenciais impactos desses produtos, inclusive na água dos mananciais.

No Brasil, a água potável é fiscalizada pelos órgãos de vigilância vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Um importante instrumento para subsídio às ações de vigilância é o sistema de informações Sisagua, desenvolvido pelo Ministério da Saúde e base para a reportagem mencionada.

Embora o Sisagua seja muito relevante para as atividades rotineiras de vigilância no plano local e regional, seus dados, quando utilizados para fins estatísticos mais amplos, devem ser ponderados à luz do estágio de desenvolvimento do sistema.

O Sisagua é um sistema em construção, ainda não plenamente consolidado, desprovido, dentre outros, de recursos para a emissão de relatórios de gestão que permitam checagem mais apurada dos milhões de dados de controle nele inseridos.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Executivo

Seção I

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 92 – DOE – 16/05/19 - seção 1 – p. 36

Algumas iniciativas em São Paulo para reduzir transcrições manuais por parte dos agentes de vigilância permitem dizer que os dados mais recentes têm como atributo uma maior consistência.

Assim, alterações de potabilidade em São Paulo especialmente em anos anteriores, analisadas a partir do banco de dados do Sisagua, tendem a refletir mais as desconformidades atuais do sistema do que a qualidade da água.

O melhor modo do cidadão conhecer hoje a potabilidade da água em sua cidade é consultando diretamente o sistema de abastecimento público e a vigilância sanitária municipal.

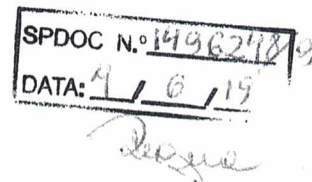
Deste modo, ainda que sejam compreensivas as preocupações a respeito da contaminação dos mananciais por agrotóxicos, não é possível afirmar que tais práticas estejam causando migração generalizada desses tóxicos para a água de consumo humano a ponto de afetar sua potabilidade, concentrando nela resíduos de tal ordem que justifiquem o afastamento dos consumidores da rede pública.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Rua: Major Matheus, 07 – Vl. Dos Lavradores

CEP. 18.609-083 Fone: 3811-1108

Of 49/2019-VISA
RCLMM/rcldmm

Botucatu, 03 de junho de 2019

Prezada Senhora

Dra. Lilyan Cristina Rocha MichaloskiDiretora Técnica da Vigilância Sanitária Estadual
GVS/Botucatu.

A VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL DE BOTUCATU, esclarece que após a publicação da matéria "Coquetel que mistura diferente agrotóxico foi encontrada na água de mais 500 municípios do Estado de São Paulo" esta Divisão verificou os dados que se apresentavam inconsistentes, ou seja, apresentou (2) duas alterações nos exames para **agrotóxicos** e foram imediatamente conferidos e corrigidos no sistema SISAGUA (2014 a 2017), ou seja, os relatórios encaminhados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP referentes aos parâmetros de agrotóxico dos períodos de 2014 a 2017 (molinato e Clordano), estavam dentro dos limites permitidos considerados seguros no Brasil.

Vejamos:

- 1- Resultados encontrado pela matéria publicada no site eletrônico Uol, e corrigido pela vigilância sanitária com laudo oficial da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – "SABESP";**

CLORDANO Resultado Correto (Relatório da SABESP)	CLORDANO Resultado digitado Errado	CLORDANO-VMP: <0,2 µg/L
Saída do tratamento Data: 08/08/2016 Resultado <0,01 Data da análise 10/02/2017	Saída do tratamento Data: 08/08/2016 Resultado <0,2 Data da análise 10/02/2017	2º semestre de 2016 Cesar Neto/ Botucatu/SP.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Rua: Major Matheus, 07 – Vl. Dos Lavradores

CEP. 18.609-083 Fone: 3811-1108

MOLINATO Resultado Correto (Relatório da SABESP)	MOLINATO Resultado digitado Errado	MOLINATO - VMP: < 6 µg/L
Saída do tratamento Data: 08/08/2016 Resultado <0,1 Data da análise 10/02/2017	Saída do tratamento Data: 08/08/2016 Resultado 25022 Data da análise 10/02/2017	1º semestre de 2016 Rio Bonito– Botucatu/SP.

Esclarecemos que as análises são fiscalizadas e auditadas, assim que chegam nesta vigilância ainda na sua forma de papel original, constante no laudo oficial protocolado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – “SABESP”.

Sendo apenas liberadas para a digitação no sistema (SISAGUA), quando não ocorre alterações nos padrões mínimos exigidos por Lei,

Caso ocorra alterações nos padrões mínimos exigidos por Lei. A prestadora de serviços de fornecimento de água é notificada para esclarecimentos.

Quando os esclarecimentos da prestadora de serviços, apresentam -se, insatisfatório e colocam em risco eminente a saúde da população, após as análises criteriosas da equipe técnica desta vigilância sanitária, medidas administrativas de ato de vigilância sanitárias são realizadas imediatamente afim de preservar a saúde da população.

Diante do exposto a qualidade da água no ano de 2014 a 2017, encontra-se dentro dos padrões mínimos exigidos em lei, o que não ocasiona risco a saúde da população em relação ao agrotóxico.

No que se refere ao problema Alumínio no sistema de abastecimento Rio Bonito –2018, a SABESP informou que trata-se de um caso pontual através do OF.RMDB nº 202/19, e

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Rua: Major Matheus, 07 – Vl. Dos Lavradores

CEP. 18.609-083 Fone: 3811-1108

Encaminhou laudo atualizado, (número de amostra 2703/19) com valores para alumínio dentro do limite estabelecido.

Finalizando encaminho as justificativas da Sabesp referentes aos parâmetros do 1 °. e 2 °. Semestre de 2018.

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para maiores esclarecimento que se fizerem necessários

Atenciosamente

Rosana Cristina De Lara Marins Minharro

Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de Botucatu



Dep. de Contr da Qualidade dos Produtos Água e Esg - TOQ

Rua Conselheiro Saraiva nº 519 - CEP: 02037-021 - V Siciliano - Sao Paulo

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº RMOC 22471/16-14 Versão 00

Dados Referentes a Amostra: coleta realizada pelo cliente e os dados são de sua inteira responsabilidade.

Número da amostra: 22471/16
 Cliente: Sabesp
 Endereço: R Costa Carvalho, 300 - Pinheiros - Sao Paulo
 Tipo de Amostra: Poço Cesar Neto - Água Final
 Procedência: 057-FN1001 R Antônio Rosseto nº s/nº Res. Apoiados Alv. 50m3/Fibra40m3(abrir porteira fim da rua)-Distrito C
 Valor de Referência: Portaria 2914/11 - Ministério da Saúde
 Id. Pto: 057-FN1001
 Data/horário de coleta: 08/08/2016 - 14:00 Chuvas: Não Temp. Ambiente: - Coletor: Hélio Vieira

Dados Referentes aos Ensaios

Ensaio	Resultado	Valor de Referência	Unidade de Medida	Método	Data	Sala
Alaclor	< 0,05	≤ 20,0	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Aldicarb+Ald.Sulfona+Ald.Sulf	< 3	≤ 10	µg/L	HPLC - Carbamatos - 531 - EPA - - - 1995	29/08/16	Org
Aldrin+Dieldrin	< 0,001	≤ 0,03	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	13/09/16	Org
Atrazina	< 0,05	≤ 2	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Benzeno	< 1	≤ 5	µg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Benzo[a]pireno	< 0,025	≤ 0,7	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Carbofurano	< 3	≤ 7	µg/L	HPLC - Carbamatos - 531 - EPA - - - 1995	29/08/16	Org
Clordano (isômeros)	< 0,01	≤ 0,2	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	13/09/16	Org
Cloreto de Vinila	< 1	≤ 2	µg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Clorpirifós + clopirifós-oxon	< 0,2	≤ 30	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	13/09/16	Org
DDT (p,p'-DDT+p,p'-DDE+p,p'-DDD)	< 0,001	≤ 1	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	13/09/16	Org
Diclorometano	< 2	≤ 20	µg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Di[2Etilhexil]Ftalato	< 0,4	≤ 8,00	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Endossulfan (I+II+sulfato)	< 0,01	≤ 20,00	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	13/09/16	Org
Endrin	< 0,001	≤ 0,6	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Estireno	< 1	≤ 20	µg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Etilbenzeno	< 0,001	≤ 0,2	mg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Lindano	< 0,005	≤ 2	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Metolacoloro	< 0,05	≤ 10	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Molinate	< 0,1	≤ 6	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org
Monoclorobenzeno	< 0,001	≤ 0,12	mg/L	GC-MS/Headspace - 5021A - EPA - 2005	17/08/16	Org
Parationa Metilica	< 0,2	≤ 9	µg/L	GC-MS - 525.2 rev 2.0 - EPA - - - 1995	12/09/16	Org



Dep. de Contr da Qualidade dos Produtos Água e Esg - TOQ

Rua Conselheiro Saraiva nº 519 - CEP: 02037-021 - V Siciliano - São Paulo

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº RMOC 3581/16-14 Versão 00

Dados Referentes a Amostra: coleta realizada pelo cliente e os dados são de sua inteira responsabilidade.

Número da amostra: 3581/16
Cliente: Sabesp
Endereço: R Costa Carvalho, 300 - Pinheiros - São Paulo
Tipo de Amostra: ETA Rio Bonito/P.Said/Mina - Água Final **Id. Pto:** 063-FN-003
Procedência: 063-FN-003 R Municipal nº s/nº Saída dos Res.Aps.Alvenaria200 m3/fibra100 m3-Rio Bonito-Botucatu
Valor de Referência: Portaria 2914/11 - Ministério da Saúde
Data/horário de coleta: 01/02/2016 - 10:15 **Chuvas:** Não **Temp. Ambiente:** - **Coletor:** Gamaliel Sampaio Guimarães

Dados Referentes aos Ensaios

Ensaio	Resultado	Valor de Referência	Unidade de Medida	Método	Data	Sala
Ácidos haloacéticos total	0,10	≤ 0,08	mg/L	Cromatografia - PO-CQ1006 V.1	15/02/16	Org
Alaclor	< 0,05	≤ 20,0	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Aldicarb+Ald.Sulfona+Ald.Sulf	< 3	≤ 10	µg/L	HPLC - Carbamatos / EPA - 531	26/02/16	Org
Aldrin+Dieldrin	< 0,001	≤ 0,03	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Atrazina	< 0,05	≤ 2	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Benzeno	< 1	≤ 5	µg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Benzo[a]pireno	< 0,025	≤ 0,7	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Carbofurano	< 3	≤ 7	µg/L	HPLC - Carbamatos / EPA - 531	26/02/16	Org
Clordano (isômeros)	< 0,01	≤ 0,2	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Cloreto de Vinila	< 1	≤ 2	µg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Clorofórmio	56,46	-	µg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Clorpirifós + clopirifós-oxon	< 0,2	≤ 30	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
DDT (p,p'-DDT+p,p'-DDE+p,p'-DDD)	< 0,001	≤ 1	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Diclorometano	< 2	≤ 20	µg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Di[2Etilhexil]Ftalato	< 0,4	-	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Endossulfan (I+II+sulfato)	< 0,01	≤ 20,00	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Endrin	< 0,001	-	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	24/02/16	Org
Estireno	< 1	≤ 20	µg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Etilbenzeno	< 0,001	≤ 0,2	mg/L	GC-MS/Headspace / EPA - 5021A	26/02/16	Org
Lindano	< 0,005	≤ 2	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	24/02/16	Org
Metolaclopro	< 0,05	≤ 10	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org
Molinato	< 0,1	≤ 6	µg/L	GC-MS / EPA - 525.2 rev 2.0	25/02/16	Org